

## Fome de literatura como um valor

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos<sup>1</sup> (UNEB)

### **Resumo:**

Trata-se da abertura de uma série discursiva que politiza o grau zero da escritura articulando-o ao esvaziamento da representação do poder institucional. A metodologia, aqui empregada, envolve a representação do pobre na literatura (SCHWARZ, 1983) e a noção de literatura anfíbia (SANTIAGO, 2004), para se redefinir a força de subalternos implicada na institucionalização da malha cultural no Brasil (GIL, 2003; MEIRELLES, 2007; RUBIM, 2010), com ênfase no segmento literário e suas instituições (bibliotecas, academias, mercados alternativos, entre outros). Espera-se a proliferação de caixas de ferramentas em que tanto o literário, como um operador de cortes e não apenas cultura do etéreo, possa desestabilizar o político e sua vontade de absoluto, bem como, o político, como retorno comunal, possa expressar-se como efetuações estético-literárias.

**Palavras-chave:** literatura, política cultural, subalternidade, prática do sentido, reversão

## 1 Introdução

Uma teoria, método e prática da comparação literária e cultural talvez hoje mais que nunca devesse começar por perguntas tais como: o que os pobres, banidos, principalmente como testemunhas de uma imposição da lógica cultural da *tabula rasa* (pelas diferentes formas de funcionamento do estado de exceção no ocidente) teriam a dizer, não fosse a literatura que os representa? Como através da literatura e/ou da política cultural, retomar restos, ruínas, como potência de um não dito, não testemunhado e ao mesmo tempo articular uma miríade de comunas (segmentos artísticos – literatura, teatro, cinema, artes plásticas, etc.) - capazes de desestabilizar o político e sua vontade de absoluto e expressar-se como efetuações estético-literárias? Em que medida o trabalho com a literatura na Educação Básica, e através de materiais didáticos, suportaria um trabalho com alguns elementos de institucionalização da malha cultural (oficinas de criação literária, música, cinema, artes visuais; criação de conteúdos voltados à política cultural em disciplinas de arte-educação; implementação de núcleo de cultura na escolas em condições de dialogar com artistas do bairro em busca de editais) e promovesse a articulação, em cada município, da criação do plano decenal de cultura? Como fazer a literatura, enfim, sair do campo e entrar em campo?

Uma simples perambulação pelos sítios eletrônicos das secretarias de cultura de todos os estados do Brasil nos permite ver outro movimento da literatura, agora mais articulada à política de bibliotecas e centros de memórias, pontos de leitura, pontos de cultura, culturas populares, de modo que nenhuma teoria do comparativismo pode mais deixar de lado esse fenômeno social, agora radicalmente para além das belas letras e sua literariedade, para além do sistema literário e suas noções clássicas de autoria, obra e público.

## 2 Valores para uma política literária

Em **Os pobres na literatura brasileira** (SCHWARZ, op., cit.) e **O cosmopolitismo do pobre** (SANTIAGO, op., cit) vemos que além de uma definição e representação da pobreza nas letras brasileiras em condições de escapar da estreiteza nacionalista ou de equívocos neoliberais, temos um recrutamento do povo brasileiro e uma redefinição de roteiros imprescindíveis aos novos estudiosos preocupados e comprometidos com a institucionalização da malha cultural no Brasil, que depois de 2003 tem tido por base: a) a cultura como bem simbólico; b) o acesso às obras universais e aos modos de produção alternativos; c) a economia da cultura como possibilidade de geração de emprego, renda e criação de um mercado diferencial.

Em *Atração pelo mundo: políticas de globalização e de identidade na moderna cultura brasileira* (SANTIAGO, op., cit.), destaca-se o mal-estar do colonizado que, permanentemente, precisa ser dramatizado para que políticos e intelectuais, educadores, enfim, aqueles mediadores que facilitaríamos o trabalho revolucionário junto e com os pobres, possam resolver o difícil dilema envolvendo o processo de suas subjetivações marcado pela cultura europeia, enquanto falsas raízes, e pela cultura norte-americana, enquanto labirinto a ser mapeado.

A politização da institucionalização da malha cultural, a partir de um crivo *communard*, implicaria, então, situar uma máquina de guerra móvel em cada um dos mais de 5.000 municípios brasileiros, em que os diversos segmentos culturais (teatro, música, cinema, artes visuais, literatura, entre outros), tivessem representação junto ao poder público tanto na definição e execução do plano decenal de cultura, quanto na mobilização da sociedade civil como instância de fiscalização e pressão social.

Assim, o segmento literário, por exemplo, e para implicar uma radical atividade anfíbia (SANTIAGO, op., cit.), parece dever começar por uma politização do simbólico na sua relação entre o real e o imaginário (DELEUZE, 1997). O que seria um imaginário ativo entre a vontade de ser europeu – e operando em línguas europeias assimiladas – e sem cultura política suficiente para engajar seu modo de vida com e contra o *american way of life*? Em que medida tal atividade do imaginário, compartilhado entre comunidades, permitiria a construção de um universal em diferença em que os sujeitos subalternos e seus mediadores, nem sejam deslumbrados provincianos pelo grande universal, nem localistas ingênuos?

Uma imagem da fome, como valor cultural e literário, e fortemente articulada contra os dispositivos do estado colonial e o modos de nossa modernidade tardia e problemática, estaria sendo construída desde os vadios e desordeiros da literatura colonial (SOUZA, in: SCHWARZ, op., cit.) articulados ao poeta antimercantilista (DIMAS, in: SCHWARZ, op., cit.), contra os desmandos do estado de exceção originário, com seus fanfarrões e donos de latifúndios e escravos (EULÁLIO, in: SCHWARZ, op., cit.), dramatizada em Martins Pena, perito em mostrar os usos dos aparelhos governamentais como propriedade privada (ARÊAS, in: SCHWARZ, op., cit.).

Sem lugar equistante para situar o rico e o pobre, só restaria o brejeiro e a carnavalesco para a representação romântica da pobreza (SANTIAGO, in: SCHWARZ, op., cit.), combinada com a orfandade, sentimento materno violentado, tortura, desenraizamento, reificação, como elementos da condição escrava em Castro Alves (VILLAÇA, in: SCHWARZ, op., cit.), passando por um crivo radical do materialismo em que honradez e humildade não fazem o menor sentido em contexto capitalista e liberal, fundado que está na mercantilização não apenas da força de trabalho, mas da própria classe trabalhadora (SCHWARZ, in: SCHWARZ, op., cit.). O que faz emergir Canudos, em *Os Sertões*, e sua noção de decrepitude da raça, cuja solução viria da construção de barragens, distribuição de cartilhas e aplicação da lei criada pelo sistema republicano.

Os retirantes operários, em Luzia-Homem, com maior impacto que a mercantilização da mão de obra escrava (TAVARES, in: SCHWARZ, op., cit.), e assim, por força de se pensar a realidade com os instrumentos de saber oferecidos pela própria máquina de dominação, reproduzir fetichismos e fazer da miséria uma ficção.

Nessa linha de pensamento e atividade estético-política posicionada contra as anomias e vontade de dominação do ser engendradas pelo estado de exceção (AGAMBEN, 2007) – tomada, aqui, como a suspensão do direito pelos déspotas em suas múltiplas metamorfoses – temos, ainda, a aproximação do burguês ao mendigo em João do Rio (PRADO, in: SCHWARZ, op., cit.), o saber autêntico sem valor e força de ascensão social em Lima Barreto (RESENDE, in: SCHWARZ, op., cit.), a quase absoluta ausência de acordo entre a pobreza e a palavra nos escritos libertários pré-modernistas (HARDMAN, in: SCHWARZ, op., cit.), uma arqueologia, para além da história e dos monumentos, visando, através da imaginação, suprir a ausência de documentos (CHIAPPINI,

1983), ou um parêntese questionando o sentido da mediação literária envolvendo pobres e analfabetos (LAJOLO, in: SCHWARZ, op., cit.).

Manuel Bandeira elege a pobreza como condição do sujeito e método para a forma do poema (ARRIGUCCI Jr. in: SCHWARZ, op., cit.), Mário de Andrade, como manancial de riqueza (LOPEZ, in: SCHWARZ, op., cit.), Oswald, como potência para expropriar os expropriadores (BOAVENTURA, in: SCHWARZ, op., cit.), Drummond, questiona se o lugar do poeta e da poesia fazem sentido em sociedade dividida (SIMON, in: SCHWARZ, op., cit.), Graciliano, estabelece o contraponto entre a voz pobre e partida do iletrado e a oca e perigosa do letrado, Clarice Lispector constrói a poética do descondicionamento da ordem burguesa, lidando com personagens vulgares ou abomináveis tanto para direita quanto para a esquerda (SPERBER, in: SCHWARZ, op., cit.), João Cabral, sem opor severinos e comendadores, faz manifestar a vida em que o retirante vegeta (CARONE, in: SCHWARZ, op., cit.), Guimarães Rosa, apropriando-se do imaginário popular, colonizado, ocidentalizado, faz da pobreza uma dramatização do insuportável e condição para superar o naturalizado em mitos e contos populares (ALVIM, in: SCHWARZ, op., cit.), Adoniram Barbosa, a construção da imagem de um trabalhador que orgulha-se do seu trabalho, ainda que mal remunerado, habitando uma maloca, e buscando instituições legais, como forma qualquer de segurança (PAES, in: SCHWARZ, op., cit.). De Machado de Assis à poesia concreta o funcionamento dessa arte de menos, rachando a relação entre palavras e coisas, tornando visível a manifestação dos funcionários do sistema de opressão e estabelecendo as condições para oficinas do pensamento com outras estruturas lógicas (CAMPOS, in: SCHWARZ, op., cit.).

Assim, para ativar a memória desse povo considerado, desde sempre, como *tabula rasa*, e fazer dessa memória uma atividade política rizomática, crítica dos dispositivos do poder e formas de saber, para, com isso, além de crítica do presente, dispor do futuro, não cabe mais falar pelos pobres como se estes fossem *tabulas rasas*, nem retórica oca e palavras de ordem como se revelassem conceitualização do acontecimento sem estudá-lo nem pesquisá-lo (LAFETÁ, in: SCHWARZ, op., cit.), mas, por uma lógica paradoxal, enfrentar os simulacros e fetichismos, assumir a lógica do copista e fazer do fragmento o signo de uma totalidade perdida (WALDMAN, in: SCHWARZ, op., cit.), levar a literatura a funcionar entre os analfabetos e mediar a proliferação dos diários como em Carolina de Jesus, cuja escritura implique uma experiência social e um modo de dramatizar o dia-a-dia do dinheiro coisa (VOGT, in: SCHWARZ, op., cit.), a sobrevivência de quem engendra sua existência catando e comercializando o lixo, como situação extrema de um povo, ou mesmo de uma multidão, que foi despejada linguística, cultural, territorial e ontologicamente, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no Brasil, e que apesar disso não cessa de nascer sertanejos, que não se submetem, nem valentes, como os da literatura de cordel (LONDRES, in: SCHWARZ, op., cit.).

Como em Auschwitz (AGAMBEN, 2008), em que milhões de judeus desapareceram sem poder testemunhar, ou assombrando os modos do testemunho, assim são as legiões de pobres e subalternos, cujas memórias foram sistematicamente apagadas sob a força daquelas ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico. Assim, o que diriam esses sujeitos se não fossem representados pela literatura, crítica e historiografia? Como se configurariam as reparações linguísticas, culturais, territoriais e ontológicas se um estado, enquanto mediador das tensões capital e trabalho, favorecesse a um empoderamento dessa sociedade civil organizada em cooperativas, associações, legiões de pobres e subalternos, e ao mesmo tempo investisse na destruição do capital e de si mesmo – o estado – enquanto estado de exceção? O que os segmentos artísticos e culturais, uma vez empoderados através dos planos decenais de cultura, espalhados pelos mais de 5.500 municípios, fariam dos restos e das ruínas provocados pelos processos de modernização, em suas perspectivas histórica, filosófica e estética?

Em **O cosmopolitismo do pobre** (SANTIAGO, 2004), Silviano demonstra como a mudança do olhar teórico literário, antes fundado no fetichismo da literariedade, e, a partir do final dos anos

setenta, do século XX, comprometido com a arqueologia do cultural pode não apenas situar as dobras do estado de exceção em todo o sistema literário e cultural (academias, universidades, programas de disciplinas, programas artísticos, entre outros), mas mobilizar um conjunto de procedimentos para se enfrentar o discurso do ocidente em sua vontade de nomeação e prescrição, legitimação do despotismo, além de imposição de uma lógica da repetição e do controle.

Assim, em capítulos como *Democratização do Brasil (1979-1981): cultura versus arte* (ANTELO, org., 1998), (SANTIAGO, op., cit., p. 134 - 155), faz emergir a cultura no campo das belas letras, situando o debate acerca da esquerda política brasileira, antes unida em torno da luta contra a ditadura militar e, em final dos anos setenta, dividida em suas prospecções culturais. Se de um lado, e seguindo uma linha stalinista, havia um patrulhamento da arte que se abria ao mercado de bens simbólicos e ao campo de experimentação das formas, sobretudo a partir da música e do cinema, por outro, e contra esse patrulhamento, havia um reposicionamento do debate político, agora mais em torno de uma politização do cotidiano e de uma cotidianização da política para além do estado, partidos e sindicatos.

Da mera representação da cultura no texto literário, teríamos com esse reposicionamento político, um outro procedimento do escritor, agora mais empenhado em criticar todas as formas de poder, de direita e de esquerda, em acolher outros procedimentos em relação ao público leitor, em deslocar os usos da aparelhagem do sistema (mídias, instituições acadêmicas, formas de circulação do livro), bem como, um outro procedimento da pesquisador literário, em seus âmbitos crítico, teórico e historiográfico, agora mais preocupados com relações intersemióticas (literatura/música; literatura/cinema; literatura/artes plásticas, entre outras), tematizações do minoritário, mapeamentos crítico do funcionamento das instituições literárias como aparatos de poder e dobras do estado de exceção.

É na arte, portanto, que vai se dar, primeiro, esse debate multicultural, essa dramatização da democracia *no* Brasil, muito longe, ainda, de uma democratização *do* Brasil. Nessa linha de reflexão, há, nos outros textos que compõem o livro, uma ampliação das linhas desse debate, bem como, a formulação de uma pauta política diferencial.

Como ampliação desse debate multicultural, pergunta-se, em *Atração do mundo: política de globalização e de identidade na moderna cultura brasileira*, (SANTIAGO, op., cit., p. 11- 44) pelo sentido e consequências do mal estar do colonizado, as marcas que as apropriações linguísticas, melhor despejo linguístico, realizadas pelo colonialismo e suas estruturas de dominação, no corpo da cultura e dos sujeitos, a ausência de uma política linguística efetiva, fora do campo artístico, e como responsabilidade institucional, enfim, interpelações sobre as falsas noções de universalismo ainda presas à dialética da cópia *versus* o modelo, do particular *versus* o universal, entre outras, que compõem essa espécie de sistema intelectual brasileiro.

Com a literatura brasileira e latino-americana, entendida em seu sentido anfíbio, dependente, mas universal, fora do lugar, mas no entre-lugar, apropriando-se do modelo, para tornar-se uma cópia como potência simbólica, nem nacional, nem universal, mas universal em diferença, sendo apropriada pela mídia, mas proliferando-se como sistema de comunicação alternativo, com e contra o sistema, é possível demonstrar que, em Clarice Lispector, por exemplo, (SANTIAGO, op., cit., p. 231- 240), temos um roteiro político para não sucumbirmos ao fetichismo da mercadoria, bem como, os elementos para uma história do presente fundada numa estética da existência.

Em *Outubro retalhado: entre Estocolmo e Frankfurt*, (SANTIAGO, op., cit., p. 74 - 90) além de perguntar pelo sentido de não haver mais associação entre obra premiada com o Nobel, nesse caso o romancista sul-africano J. M. Coetzee, e sua responsabilidade linguística, diferenciando-a daquela premiada pela indústria cultural, nesse caso Paulo Coelho e sua escrita de auto-ajuda, destaca, aos falantes de língua portuguesa, o fato de apenas pontualmente ou nunca ter havido de forma ampla e envolvendo toda sociedade brasileira um debate sobre a queda do muro de

Berlim, em 10 de novembro de 1989, e o esfacelamento posterior do bloco soviético.

Essa “falha geológica”, além de legitimar a escrita de um Paulo Coelho e fazer da retórica comunista, em seu luto stalinista, uma espécie de discurso de auto-ajuda, impõe, ao contrário, além de responsabilidade política e linguística, uma série de procedimentos ao trabalho multicultural libertário, a começar pela ação intelectual nos mais diferentes espaços culturais (da TV, mídia eletrônica, às redes sociais), passando pelo envolvimento da arte e da literatura na pesquisa e dramatização das questões não apenas dos pobres e subalternos, mas da pequena e alta burguesia, até o desfazimento da confusão entre espetáculo e simulacro (SANTIAGO, op., cit., p. 123 - 133), para que, nesse parêntese (grifos do autor) que seria “a agressiva política exterior do governo Lula”, a pergunta marxiana, por excelência, e como um desvio deste ensaio, possa ser retomada: quem é que produz a riqueza, para além da natureza e da classe trabalhadora e a quem ela deve ser redistribuída?

### **3 Um ponto de conexão**

O sistema literário com seus elementos estruturantes autor, obra, público, posto em movimento há mais de 50 anos para a inteligência brasileira, se articulado, hoje, no contexto de uma política cultural, em sua dimensão simbólica, cidadã e econômico-cultural, no mínimo tornariam visíveis outros autores, sobretudo os de periferia; outras obras, numa miríade de formatos; outros públicos que, através das redes sociais, já fazem da literatura uma ferramenta para expansão de sua palavra, suas vozes.

Se até uma década atrás, um curso de Letras em universidades de pequeno porte e no interior do norte e/ou nordeste brasileiro mobilizava e reproduzia um conteúdo literário ainda vinculado a visadas panorâmicas com o objetivo de facilitar o entendimento de contextos literários, autores, escolas, obras e suas características, com a reforma curricular empreendida a partir de 2004, com os cursos de licenciatura, sendo estimulados à pesquisa e produção de trabalho de conclusão de curso, temos visto emergir não apenas outras formas não panorâmicas e mais aprofundadas de abordagem do literário, mas um efetivo trabalho comunitário.

Um exemplo, entre muitos pelo país, seria o trabalho comunitário desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Educação do Campus II da UNEB, em Alagoinhas, implantado há três anos, e em parceria com pesquisadores docentes e discentes dos cursos de Letras, com habilitação em língua portuguesa e literaturas, língua inglesa e literaturas, língua francesa e literaturas. Através dos equipamentos culturais adquiridos pelo programa - Centro de Pesquisa Avançada, Documentação Cultural Interdisciplinar e Laboratório (aprovado pela FINEP - Chamada Pública MCT/FINEP/ CT-INFRA - PROINFRA 02/2010), Projeto Cinema digital: um laboratório áudio-visual de crítica da cultura (Edital FAPESB 11/2012); Projeto Estação do livro digital: recomposição e fotodigitalização de documentos impressos (Sub-projeto do Pós-Crítica aprovado através de Edital 024/2012 – Pró-Equipamentos/Capes); Projeto Arquivos literários e culturais: representações e políticas do valor (MCT/CNPq/MEC/CAPES - Ação Transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad, envolvendo o Pós-Crítica da UNEB e o Pós-Lit da UFMG) – justificáveis pela intensa atividade comunitária desenvolvida por docentes e discentes, há quase uma década, ainda são um ponto de partida para o Projeto político pedagógico daqueles cursos de Letras.

Nos próximos cinco anos, e articulando um pouco as diretivas do Planes (Planejamento Estratégico para os Estudos Linguísticos e Estudos Literários) que, entre outras questões, apontam para a necessidade da nossa aproximação com as políticas públicas, pretendemos com o nosso coletivo – cerca de 50 professores e 300 estudantes – além da renovação curricular em Letras, com a inserção de componentes como Direitos Culturais, Política Cultural, Letras e Tecnologias, Acervos Literários e Culturais I e II, teremos, ainda, a Empresa Jr. em Letras, tudo isso convergindo

para a consolidação de uma prática pedagógica, literária e linguística, voltadas para a pesquisa e tradução das ruínas da modernidade, no âmbito dos estudos linguísticos e literários, como um valor crítico inestimável.

Imaginem o seguinte movimento cultural: os estudantes da Plataforma Freire, orientados por professores da área de Letras, levantam um acervo envolvendo sua prática como docentes na Educação Básica, e encaminham esse acervo ao Centro de Pesquisa Avançada; os estudantes da graduação regular, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, trabalhando junto com a Fábrica de Letras, a Empresa Jr. e Laboratório de restauração de impressos raros; mestrandos e doutorandos, através da pesquisa avançada, e em várias línguas, além de projetos de conexão de centros de memórias locais, escolas e bibliotecas comunitárias com banda larga, definindo, pensando, com a comunidade de artistas, professores, estudantes, gestores de escolas e de equipamentos de cultura, um outro funcionamento da literatura para além daquela leitura imposta pelo livro didático e/ou leitura isolada e contemplativa.

Se formos capazes, nesse exemplo de atividade institucional envolvendo teorias, métodos e práticas literárias e culturais, de realizar mais ou menos aquilo que Heloísa Buarque de Hollanda conceitua como palavra expandida e articulada a essa espécie de "Universidade das Quebradas", teremos, não só uma atividade rizomática de ocupação dos dispositivos do poder, reversão de suas práticas, destituição de seus déspotas que aí se alojavam como se fossem a lei, mas também a criação de uma zona autônoma, em que os destituídos de memória possam assumir a crítica do presente e afirmar a vida e a construção do conhecimento, ainda que fundados no precário, com fortes afecções para uma verdadeira política da amizade.

## **Conclusão**

A fraqueza política em estudos linguísticos e estudos literários parece derivar de dois dispositivos dominantes de poder: a ciência pela ciência em sua vocação positivista e quantitativa e o etéreo do signo literário sem vocação para efetuações históricas e libertárias. A fome de literatura, como um valor, tem, então como tarefa, primeiro que recuperar a área de estudos como cultura do signo e sua potência de rachar a relação entre palavras e coisas, mapear os déspotas que se colocam no lugar da lei, além de desmontar o logocentrismo e sua estrutura; em segundo lugar, ocupar espaços epistemológicos e institucionais não apenas para proliferar o ingovernável, contra as formas de controle, mas, através da mediação e reinvenção do espaço público, fazer emergir um outro espírito *communard*: desarmar os soldados do prefeito, do governador e do presidente, e armar o povo com muitos livros, bibliotecas comunitárias, cinemas digitais, ilhas de produção caseiras e/ou de fundo de quintal; garantir a eleição, através de amplo debate público, de outros representantes, bem como destituí-los do poder, tão logo pisem na bola e/ou traíam o seu mandato. Os salários, remunerações, dos novos agentes culturais, devem tomar como parâmetro a cultura do dinheiro em movimento na economia solidária e nas cooperativas de consumo e de produção, e termos como único parâmetro de justiça: a apropriação da matéria prima, das máquinas e das fábricas, e distribuí-las a quem de fato produz a riqueza!

## **Referências Bibliográficas**

- 1] AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- 2] AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Trad. Selvino J, Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008

- 3] AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004
- 4] BRASÍLIA. Ministério da Cultura. “**Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura**”. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnc>>, acessado em 14/08/2008.
- 5] BRECHT, Bertold. **Los dias de La Comuna**; Turandot: o El congreso de los blanqueadores. Trad. Miguel Sáenz. Madrid: Alianza Editorial S.A, 2001.
- 6] DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- 7] DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.
- 8] DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo?. In: DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta**. Trad. Hilton F. Japiassu. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- 9] DELEUZE, Gilles, AGAMBEN, Giorgio, PARDO, José Luis. **Preferería no hacerlo**: Bartleby el escribiente de Herman Melville. Trad: José Manuel Benitz Ariza. Valencia: Pré-Textos, 2005.
- 10] DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- 11] DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- 12] FOUCAULT, Michel. Metodologia para conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos: repensar a política**. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoas. Vol IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- 13] GONZALEZ, Horacio. **A Comuna de Paris: os assaltantes do céu**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 14] HOLLANDA, Heloisa Buarque. Sobre livros, leituras, palavras & afins. Secult – RJ: <http://www.cultura.rj.gov.br/publicacoes-setoriais-categoria/livro-e-leitura>. Acessado: outubro de 2012.
- 15] KLUGE, Alexander. **Notícias da antiguidade ideológica: Marx, Eisentein, O Capital**. São Paulo: Versátil Home Vídeo (produção de DVD)/ Boitempo Editorial et. alii (realização), 2008.
- 16] KROPOTKIN, Peter. A Comuna de Paris, 1871, UFMG – Departamento de História: textos e Documentos. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/his-discp-grad/kropotkin-comunadeparis.pdf>. Acessado: outubro de 2012.
- 17] MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- 18] OLIVEIRA, André. **Historiador antropófago: um cartógrafo da cultura política e da política cultural**. Alagoinhas: Fábrica de Letras, 2012 (dissertação de mestrado em Crítica Cultural).
- 19] OLIVEIRA, Wilton. **Artistas, anarquistas e trotskistas em Amado stalinista**. Alagoinhas: Fábrica de Letras, 2012 (dissertação de mestrado em Crítica Cultural).
- 20] PALMIER, Jean Michel. **Lénine: a arte e a revolução**. Trad. José Saramago. Lisboa: Moraes Editora, 1975.
- 21] RIMBAUD, Arthur. O barco ébrio. In: Poesia completa. Trad. Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- 22] RUBIM, Linda. (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005.
- 23] SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- 24] SANTOS, Osmar Moreira dos. **Um Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos**. Salvador: Quarteto, 2010.
- 25] SANTOS, Osmar Moreira dos. **Folhas venenosas do discurso: um diálogo entre Oswald de Andrade e João Ubaldo**. Salvador: Quarteto, 2002.
- 26] SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense,

2003.

27] SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (org.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

28] TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

---

**iAutor(es)**

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, do Departamento de Educação do Campus II/Alagoinhas  
osmar.moreira@uol.com.br